

---

---

# POLITICA



1 9 3 0

---

---

ANO II

N.º 13

REDACTORES { *F. P. Dutra Faria* (F. L. U. L.) } por  
                  { *Domingos Mascarenhas e Silva* (F. D. U. L.) } Lisboa  
                  { *J. M. Miranda da Rocha* (F. D. U. C.) por Coimbra

ADMINISTRADORES { *Valentino de Sá* (F. M. U. L.)  
                          { *Francisco Galvão* (F. D. U. L.)

EDITOR — *Antonio de Souza Rego*

PROPRIEDADE — SOCIEDADE NACIONAL EDITORA, LTD.<sup>a</sup> (Em organização)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Sol a Santa Catarina, 40-A, 1.º

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Tipografia Lusitania — Rua do Sol a Santa Catarina, 40 — LISBOA

---

## SUMARIO

Pina Manique e a sua obra . . .	<i>Luis CHAVES</i>
Do Nacionalismo . . . . .	<i>António M. do AMARAL PIRRAIT</i>
Flóresta de enganos . . . . .	<i>Abrantes TAVARES</i>
Música Portuguesa . . . . .	<i>G. M. GOMES</i>
«Pátria Nova». . . . .	
Politica académica . . . . .	

---

## ASSINATURAS

(Cada serie de 10 numeros)

Continente e ilhas . . . . .	10\$00
Provincias Ultramarinas . . . . .	15\$00
Estrangeiro. . . . .	20\$00

Numero avulso 2\$00

---

**ESTE NUMERO FOI VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA**

# Política

REVISTA QUINZENAL

ORGÃO DAS JUNTAS ESCOLARES DE LISBOA, COIMBRA E PORTO  
DO INTEGRALISMO LUSITANO

Redactor principal — *Antonio do Amaral Pyrrait* (F. D. U. L.)

---

Lisboa, 30 de Junho de 1930

---

## PINA MANIQUE E A SUA OBRA

A obra do Intendente Geral da Polícia, Diogo Inácio de Pina Manique, foi norteada pelo bem público. A sua vontade de ferro, a consciência da missão que lhe cumpria consoante ao cargo, os meios de acção ao alcance, fizeram dele um exemplar modelo dos servidores do Estado. Servir é sacrificar tudo. E quem sacrificou tudo por desempenhar, no sentido de com o Estado ou através do Estado servir a nação, os mais crús e ingratos deveres inerentes, serviu bem.

Com os recursos de que dispunha, foi de uma actividade enérgica. Assistência, Instrução, Higiene, obras públicas, segurança, colonização, a todos estes ramos do serviço público se dedicou, e em todos viu a necessidade e a execução.

Compreendeu que o Intendente Geral da Polícia tinha mais alta missão que a de manter a ordem pública nas ruas. A melhor tarefa era de boa polícia dos costumes, impedindo o crime, correccionando delinquentes, exterminando focos de infecção moral, prevenindo surpresas. Para isso dava a mão aos que precisavam de socorro, quer físico, mental, ou moral. Para isso perseguia quantos, nacionais ou estrangeiros, tentassem quebrar a unidade e continuidade da Nação, dando causa às desgraças públicas pelo crime da lesa-nacionalidade.

Ao passo que perseguia os criminosos contra o interesse público, — *res pública*, protegia aquêles que, pelo seu espírito e pela situação pessoal, lhe mereciam.

Se, como censura o autor anónimo da *Historia de El-Rei D. João Seto* (vertida do francês pelo tradutor da Cartilha do Bom Cidadão), «de sua plena autoridade deportava qualquer pessoa, bem que per-

tencesse às mais decentes famílias, tanto para a Índia, como para a Africa ou Brazil» (p. 36), criava institutos de educação e ensino a orfãos e crianças vândias, casas do correção para mulheres e homens, distribuia rações e remédios aos necessitados.

A comparação da obra do Intendente nestes dois extremos, — violência na repressão, piedade no auxilio, — define a tèmpera do homem público.

Não destruía para obter a consolação de destruir. Destruía para construir. Quem perseguiu ele? Os que a Nação accusava de franceses, afrancesados, mações e pedreiros-livres. Enganou-se às vezes nas vítimas da perseguição? Contem-se os enganos pelos acertos, e verifica-se a conclusão. Ele sabia que uns encobriam outros; e assim caía a sorte sobre o encobridor e o encoberto, norma juridica inatacável, principalmente quando se encara o objectivo e se reconhece a essência solidária da sociedade contemporânea, de alto conceito ou sentido colectivista.

Destruiu lojas maçónicas; expulsou estrangeiros indesejáveis; descobriu infiltrações políticas de França na visita dos emissarios do Grão-Mestre de Orleans a Lisboa; vigiava os estrangeiros no Café dos Remolares e na Praça do Comércio; embaraçou a propaganda e contrabando de guerra, em favor de França, exercidos pelos representantes diplomaticos da América-do-Norte, Suécia e Austria; apreendiua livros de leitura perigosa para a paz social; perseguiu os acadêmicos que se serviam da Academia Real das Sciencias de Lisboa e da sua posição intelectual para prejudicar a obra de saneamento e defêsa. O Duque de Lafões, Correia da Serra, Filinto Elisio, Avelar Brotero, sofreram os ataque de mastim de guarda, fiel, leal, honesto, que era Pina Manique.

Que culpa tinha ele de que êsses homens, aliás altos espiritos, não tivessem porque o eram, a alta noção das conveniencias nacionais? Em primeiro lugar está o interêsse da Nação, — da Nação com seus defeitos e virtudes, mas caracteristicamente ella, — depois o mais é subalterno. E Manique êsse é o maior elogio, corroborado pelo seu detractor anónimo de que fiz menção, nem se dobrava perante os poderosos. Maior é o êrro dos que mais alto andam, quando erram. Manique atingia-os, sem lhes perdoar. Perante o interêsse público, eram todos para êle democraticamente iguais. Lafões era tenente-general do exército e tio da Rainha D. Maria I; o arcebispo de Tossalónica era confessor da Rainha; D. José era o Príncipe herdeiro, filho de D. José; a Academia era um prolongamento da côrte; todavia o Intendente lutava com todos em defêsa do alto sentido nacional.

Malheiro Dias em *O Grande Cagliostro* romantiza a luta hercúlea dêste homem contra a nobreza de Portugal, empenhada em desfazer-se dêle, que era a única força viva, a contrariar o desportuguesamento do escol social.

O homem de leis, formado em Coimbra, o contador de fazenda,

o desembargador dos agravos da Casa da Suplicação, o Fiscal da Junta da Administração da Companhia de Paraíba e Pernambuco, o Administrador das alfandegas, que de 1780 a 1800 renderam mais 64.049.254\$073 réis que nos vinte anos anteriores, teria sido Intendente Geral da Polícia, só por exercer violências ou enriquecer à custa dos fundos da polícia?

Como é fácil conspirar a vida e as intenções dos servidores do Estado! E como é fácil crêr-se na calúnia! Pois o anónimo da *História de D. João Sexto* afirmou que na sua extensiva acção «achava Manique duas vantagens; por um lado ostentava de zeloso patriota, protector das artes e da indústria; e por outro subtraía-se a qualquer exame sobre o emprego dos fundos, em consequência do que pode deixar a seu filho uma das mais ricas casas de Portugal» (p. 34).

«Magistrado ignorante», lhe chama êle (p. 32), e no entanto, caso curioso, fez o que faz hoje um estadista, conscio do seu papel, sabedor dos meios para obter o objectivo, empreendedor de iniciativa para beneficiar com justiça o progresso do seu país.

Na assistência pública serviu o auxilio ao corpo e ao espirito, na compreensão da *mens sana in corpore sano* que constitue hoje o lema da educação racional. Para isso:

— reformou a instituição das rodas dos expostos, para melhor proteger as crianças abandonadas;

— distribuía quinhentas rações a antigos soldados, impossibilitados de angariar a sua subsistência, auxilio congénere do que pretende a Liga dos Combatentes da Grande Guerra;

— criou um laboratório pharmaceutico, destinado a fornecer remédios gratuitos aos pobres;

— instituiu recolhimentos de órfãos no Colégio de Santo António, onde chegou a ter cento e noventa rapazes e da Rainha Santa Isabel, duzentas e vinte raparigas desamparadas;

— no colégio do Castelo de S. Jorge recolhia e educava à custa da Intendencia as crianças vadias;

— fundou casas de correcção para mulheres, para libertinos, e para mendigos dos dois sexos.

A instrução teve nele disvelado protector. Fundou em Lisboa a Escola do Castelo ou Casa Pia do Castelo, os colégios de S. Lucas em Lisboa e Coimbra, aquele com cento e cincoenta rapazes e êste com oitenta e quatro.

No relatório do Decreto n.º 5.029 de 1 de Dezembro de 1918, da organização do ensino industrial e commercial, lê-se: — «Pina Manique teve a noção clara do valor do ensino técnico, que organizou introduzindo o trabalho manual nas escolas primárias e o ensino da industria na Casa Pia de Lisboa, mas a sua bela obra a breve trecho decaiu.» (João Alberto Pereira de Azevedo Neves).

As artes reduziam-se. A Escola do Intendente foi o renascimento da Academia do Nu, a S. José, onde ensinavam os melhores artistas

## POLITICA

da época: Machado de Castro, Carneiro da Silva, Joaquim Manuel da Rocha, Vieira Lusitano. Esta escola funcionou a princípio na própria casa do Intendente, aos Anjos, e passou depois para a biblioteca do Convento de S. Ozwilo de Lellis, ou dos Camilos na área ocupada pela Praça da Figueira.

A Casa Pia ensinava o desenho entre o mais, era a Escola de Desenho do Castelo ou só Escola de Desenho, que durou até 1807, primeira invasão francesa. Fê-lo para que da Casa Pia não só saíssem «manufactores» mas também artistas, na informação preciosa das *Memórias* de Wolkmar Machado (p. 25). De 1781 a 1785 corre o período de fundação destes institutos de Belas-Artes, desde que criou a Casa Pia até a Academia Portuguesa de Roma, o Colégio de Roma, para onde eram mandados os mais hábeis alunos, e onde estiveram Sequeira e Vieira Portuense.

Para Londres e Edimburgo mandava estudantes de cirurgia. No Colégio de Artes e Ofícios, em Coimbra, sustentava dezoito religiosos de S. João de Deus no estudo de ciências naturais.

Nas obras públicas abriu as estradas de serviço de Lisboa. Ajuda-Queluz, Palhavã-Porcalhota, renovou a de Santarem-Alverca arborizou-as, dispôs à margem de muitas outras estacas de oliveiras. Criou a iluminação pública; para êsse fim pediu fundos ao Marquês de Angeja, Ministro do Reino; dispôs que cada funileiro fizesse seis candieiros, e cada habitante das ruas iluminadas fôsse tributado em 100 réis; desta forma, Lisboa conseguiu 770 candieiros, no ano de 1770, embora dois anos depois se apagassem por o govêrno ter cortado a verba de vinte contos, concedida pelo Marquês de Angeja ao Intendente.

Com os seus quadrilheiros perseguia a ladroagem e o contrabando. A soldadagem, não paga em dia, causava distúrbios; o Intendente reclamou providências do Comandante em chefe do Exército, de quem as não obteve. Então propôs-se criar e criou um corpo de polícia a pé e a cavalo, com boa organização e homens disciplinados, decididos, fieis. Lisboa ficou livre das matulas que a jornadeavam de noite em batuques de guerra. Encetou a segurança postal, para o que êle conseguiu criar o registo da correspondência oficial (1780).

Não lhe passou, no seu plano geral de Intendente que hoje faria sorrir e de pesar os próceres, a necessidade urgente de solucionar a crise demográfica do Sul, para a qual desde os começos do Reino tantas tentivas se têm feito. Para isso mandou vir dos Açores quatrocentas e cincoenta famílias, com duas mil e trinta e três pessoas de ambos os sexos. Distribuiu essa gente como colonos por Setubal, Evora, Portalegre, Beja e Ourique; forneceu-lhes terras e alfaia agrícola, para se fixar no campo e obter o rendimento económico em vista.

Depois desta rápida resenha de serviços reais, prestados ao país, veja-se a justiça do anónimo já citado umas vezes: «nunca em monarquia alguma se viu pois um tão odioso despotismo, exercido im-

punemente, durante tantos anos por um empregado subalterno!» (p. 36).

Dêste «despotismo» que resta? Um *exemplo*, que a defesa contemporânea das nações veio comprovar. A *Casa Pia* de Lisboa, hoje no mosteiro dos Jerónimos, com a iniciativa do ensino industrial e do trabalho físico. O resultado artístico das suas pensões a artistas. O exemplo das casas de *correção e ensino*, para crianças e adultos. As iniciativas da *iluminação de Lisboa*, embora só definitivamente estabelecida no Ministério de Rodrigo de Sousa, do *Corpo de Policia* da capital, e do *registo de correspondência*.

Um homem que tais serviços prestou, não pode ser depreciado por espírito de facção, aliás desviado do seu campo e do seu objectivo. Bastaria para nos levar em seu favor a exigência violenta de Napoleão, reclamando que fôsse demitido o Intendente que cumpria o seu dever de Intendente e Português, perseguindo Matheon de Curnieu, protegido de Lannes, então embaixador de França em Lisboa.

Por êsse homem, que só teve o defeito de surgir tarde demais, e a culpa não foi sua, eu tenho a máxima simpatia de português e de nacionalista, que vê nos homens públicos mais alguma coisa que um boneco de corda, no desempenho das suas funções ao serviço da Nação. Ainda é dos homens que marcam no sec. XVIII.

Luiz CHAVES

---

## 1.º SALÃO DOS INDEPENDENTES

Por absoluta falta de espaço, fomos forçados a adiar para o próximo número a nossa crítica ao 1.º Salão dos Independentes.

Pelo mesmo imperioso motivo fomos também forçados a retirar deste numero o Boletim do Integralismo Lusitano.

---

### Um livro que todo o integralista deve lêr e divulgar :

L. de Poncins — Les Forces Secrètes de la Revolution (Fr. . M. . — Judaïsme) — Éditions Bonard — 140, Bd. St — Germain -Paris

|| Pedidos a qualquer livraria ou à administração da «Politica» que o envia contra reembolso — Preço 20\$00.

### Uma revista que todo o integralista deve assinar

La Revue International des Sociétés Secrètes

= 8 Avenue Portalis — Paris — VIII =

# DO NACIONALISMO

○ viver dos homens acompanhando no decurso dos séculos as diversas transformações sociais e políticas da história, gerou graças aos instintos naturais do amor da terra e do sentimento da raça, o particularismo das grandes famílias humanas cuja diferenciação em progressivo aumento, tornou realidade o conceito superior e perfeitíssimo da nação.

O respeito dos interesses da nação no resolver dos problemas sociais e económicos, tal é na hora presente o verdadeiro sentido da palavra nacionalismo.

Representando a lógica preocupação de fazer obedecidas as leis da natureza, condicionando na sua aplicação, as necessidades da época, o nacionalismo não carece da defeza de ninguém, e se não fôra a meia duzia de obsecados que teima em negar-lhe razão de existência, defendendo teorias de um internacionalismo anti-natural, desnecessário seria, falar do tão conhecido assunto.

A justificação fácil e completa do nacionalismo encontra-se na natureza e alcança-se com a razão.

Foi o natural fluir dos acontecimentos históricos, que distinguiu uns povos dos outros, e ergueu entre êles num trabalho constante, vagaroso de séculos, as intransponíveis barreiras da raça, da língua, do sentimento e do costume.

Não tiveram os homens consciência da formação das lindes étnicas e geográficas que mais tarde os dividiram.

Formou-as a natureza independentemente da vontade e intenção dos individuos que só vieram ao conhecimento da realidade nacional no momento em que, membros duma nação já formada, constatarem entre si a comunidade de aspirações e interesses que caracteriza o sentimento da pátria.

Obra da natureza, para nós que temos Fé, obra de Deus, as pátrias foram no passado como são ainda no presente uma das primeiras condições do progresso e da civilização da humanidade.

A' «bellum omnium contra omnes» da tradição, única força geradora do trabalho na forma social primitiva, substituiu-se com o andar dos tempos e aperfeiçoamento das condições de vida, a competição pacífica da energia individual tornada possível pela intervenção coactiva das regras de Direito.

De facto, foi a coacção física a primeira determinante do trabalho do homem que obediente à lei do menor esforço, só fez violência sobre si na consideração e no mêdo das iras do adversário, forte, que mandava.

A existência do poder organizado impondo à sociedade o respeito das regras elementares da vida, na concretização dos preceitos



de moral e de justiça emanados da razão humana, protegendo os direitos do fraco em face da prepotência do forte, se transformou o trabalho escravo, no trabalho livre que dignifica e honra, não conseguiu contudo afastar da organização social as idéas da necessidade e da força porque em última análise o progresso da sociologia, resumem-se na substituição da coacção física pela coacção económica.

O trabalho no seu moderno e superior conceito, — dispendio de energia sem recompensa imediata, — não seria possível sem a existência da ordem jurídica que garante ao individuo a certeza de poder receber e gozar a recompensa do seu trabalho, mas se não fôsem as necessidades impostas pela natureza e a coacção da concorrência que os homens entre si realizam, não teria o mesmo trabalho, título porque justificasse a existência.

Só a lei do menor esforço nos pode explicar a evolução social: a coacção mútua do individuo gerou o aperfeiçoamento colectivo.

O severo pensamento de Nietzsche maravilhosamente interpretado por Georges Valois muito se deve aproximar da realidade do fenómeno da civilização. O aparecimento do homem forte, do homem que primeiro teve vontade, a hesitação e desconfiança dos primeiros que obedeceram, convertida em decisão, pela constatação dos perigos da rebeldia em face das extraordinarias vantagens da obediência, a luta entre os chefes movendo-os à continua preocupação do desenvolvimento e prosperidade dos seus grupos, procurando pelo trabalho evitar o maior esforço duma guerra: — eis os grandes tópicos da história da civilização inspirada na triste verdade da indolência humana.

Mudadas as condições de vida, formadas pelo aglomerar e desenvolver das famílias as diferentes raças e nações, o mundo progride orientado na obediência das mesmas leis da necessidade e do mínimo esforço, embora profundamente se tenham modificado as circunstâncias e o meio, em que elas actuam. A' competição individual determinante do trabalho e do conseqüente progresso da nação, justapõe-se hoje a competição internacional em que as nações, semelhantemente aos primeiros homens travam luta, num verdadeiro concurso de energia, — motivo do progresso do mundo,

O fim dessa grande luta de raças e de pátrias terminará infalivelmente pela vitória da mais forte, daquella que possa desenvolver maior trabalho e energia.

Fôrça na luta, fôrça no trabalho — tais as duas ordens diferentes de energia que as nações são chamadas a dispendir neste concurso gigantesco, supremo pleitear de valores, testemunho da Inteligência Infinita do Creador que no plano da Creação, dispoz que o homem em demanda do maior descanso, fôsse levado ao dispendio máximo de esforço.

A guerra, luta armada ou luta económica, sendo a actualização das condições primitivas do progresso, constitue uma exigência da natureza que não só a impõe como necessária à civilização da huma-

nidade, mas também ao aperfeiçoamento da raça — o vencedor será o forte.

Nada ganhou o mundo, com a forma nova que nos tempos modernos a guerra reveste: a guerra do operário, em nada leva vantagens à guerra do soldado.

Diferentes meios de combater mas idênticas conseqüências. Se aos milhões se contam os sacrificados no campo de batalha, milhões serão também os que sucumbem vítimas da concorrência económica.

O trabalho é no mundo de hoje uma condição de vida para o homem. A vida exige violência — dispêndio de energia. Quando essa energia se não gasta, surge a morte, como conseqüência inevitável. A' luta substituiu-se o trabalho.

A lei continúa sendo a mesma. Lei dos homens e também a lei das nações. Estas semelhantemente àquelas adquiriram pela luta razão e direito à existência e só pelo trabalho poderão desenvolver as actividades necessárias à sua vida, ao seu desenvolvimento e à realização das suas aspirações.

A nação que o não fizer, condena-se à morte, desaparece afogada no desenvolvimento das outras.

Mas para essa energia se gastar, é necessária a possibilidade de o fazer. É essa possibilidade que não existir.

Na hora presente sentem os grandes países os primeiros sintomas duma gravíssima crise de trabalho, cuja única solução será em obediência à lei do menor esforço a absorção dos povos fracos, pelos mais fortes.

A' criação de novas formas de realização e de aplicação da energia, antepõe-se como mais fácil meio de resolver o problema, o domínio económico das nações decadentes, preparado pela colocação de capitais e consumado pelo envio sistemático de levas de colonos, chamados ao trabalho com prejuizo dos nacionais, condenados à inacção e à morte. O pacifismo é uma farça.

E' um laço de perfidia armado às demais nações, por aquelas que são poderosas e têm consciência da sua força.

Os povos fracos e ingénuos, captivos de *tanta generosidade*, confiados na vinda de uma época nova de *justiça*, de olhos fechados vão à ruína enquanto entre demonstrações de *cordialidade e de afecto*, veem chegando com os seus produtos, com o seu ouro os *capitalistas*, os *engenheiros*, os *operários*, *conquistadores pacíficos*, vencedores duma guerra como nenhuma outra, fértil em interesses.

Mais tarde quando os pobres habitantes do país vencido, sem trabalho, a braços com a miséria e com a morte, num derradeiro assomo de energia, buscarem reparar o mal feito, exigindo dos outros o que é seu — então a nação forte virá mais uma vez em nome da *solidariedade e da Justiça* impôr a ordem, garantir os seus *legítimos* interesses, recorrendo às armas se tanto necessário fôr.

Nações destruídas, milhões de indivíduos sacrificados, o progresso

# FLORESTA DE ENGANOS

**P**OR dever, que não por prazer, vimos de novo ocupar-nos do sr. dr. Fidelino de Figueiredo e das suas *notas para um idearium* que êle pretende seja português, as quais, agora, para efeito de publicidade, se rebelam na letra miudinha do *Noticias*, atiradas ali para o canto da primeira página com seguimento na segunda, de volta com reclamos à margarina inglesa.

Que estranho destino o das pobres idéas, — pobres de elevação e conteúdo — dêste conspicuo pensador, assim misturadas, com a gordu-

---

do mundo entravado no seu natural desenvolver, tais são as *felizes* conseqüências dessa fatal, quasi criminosa propaganda derrotista, que as seitas do mal, alastram pelo mundo.

O nacionalismo lógico, e concreto, confessa estes perigos da competição internacional.

Considera a nação, a sua vida, as exigências do seu desenvolvimento, busca pelo estudo na história, o regime político e as instituições que lhe convêm, procura o bom aproveitamento das suas riquezas e a inteligente ocupação da actividade dos seus individuos, no desejo de a fazer forte, capaz de sofrer a concorrência dos outros países, condicionando o progresso do mundo, ao exigir dos seus competidores maior dispêndio de inteligência e de energia.

O nacionalismo não é agressivo. Contra o que muitos julgam e mentirosos ensinam, o nacionalismo na sua applicação longe de provocar a guerra, evita-a, porque fortalecendo as nações, condu-las ao respeito mútuo.

A' força dos fortes sempre foi motivo de cobiça a fraqueza dos fracos. E' verdade que não tem contestações.

O nacionalismo é pois, pelo que temos visto a condicionação das leis da natureza: é por êle que as nações são conduzidas à realização do máximo esforço e que o mundo atinge maior progresso e civilização.

As leis naturais exigem ser cumpridas. Por más que algumas vezes pareçam, é certo que elas são tôdas necessárias à consecução do bem estar e da felicidade dos homens.

O nacionalismo não considera hipóteses — encara a realidade. Por isso o nacionalismo é a grande verdade da Política.

E' portanto nosso dever acatá-lo, respeitar as suas exigências, e procurar os meios de melhor o realizar.

Fazendo-o, serviremos a nação e serviremos o mundo.

Antonio Maria do AMARAL PYRRAIT

renta margarina ingleza, a melhor das melhores no dizer do reclamante!...

E afinal, quem sabe se sôbre a nudez forte das idéas, o manto diáfano da margarina não servirá para que o paciente tenha menos horror à ingestão do sapiente preparado ideológico do sr. dr.!... Falta-lhe apenas o que é costume acrescentar em casos tais: **não enjôa, não irrita, não perturba e a criança** rechonchuda estendendo os braços nédios para o remédio ideal. E é que o sr. dr. Fidelino pretende curar-nos, a nós portugueses, de males que não nos deixam avançar um passo na **senda gloriosa do progresso, da cultura e da europeização**. O pior, porém, é que por virtude intrínseca do remédio tam reclamado e de tam seguros resultados, não me parece que S. Ex.<sup>a</sup> possa impigi-lo. Tudo anda desconfiado até os que no Largo das Duas Igrejas costumam apregoar ás turbas a excelência do sabão raio, contra as nódoas, até êsses, têm dificuldade em fazer o seu negócio. Isto está mau para os fabricantes de idéas salvadoras.

Mas vamos ao caso.

Diz o sr. dr. Fidelino que «o horizonte politico da vida portuguesa, no momento actual» é «um panorama de equívocos ou, em estilo vicentino uma floresta de enganosa». Dai a razão do titulo dêste formidável artigo, inserto no *Noticias* do dia 27 de Maio do ano que, para felicidade nossa, vai correndo.

«No primeiro plano, o parenthesis extra-legal, que maus aliados creem indefinido e irresponsável, cerrados os olhos ás lições da história, mesmo a peninsular...» ora por partes:

Antes de mais nada vamos a *pôr o nome aos bois* já que o sr. dr. não quiz.

O parenthesis extra legal, a que alude o articulista, é a ditadura militar, a qual maus aliados creem «indefinida e irresponsável»; a lição de história, «mesmo peninsular» é a queda (?) da ditadura espanhola.

Daqui estas **profundas** conclusões; a ditadura está fora da lei, é uma maneira de governar transitória, e todos nós, abertos os olhos à lição da história, até da peninsular devemos preparar-lhe a cova. A tôda esta inútil **filosofia** politica do ilustre pensador, se encarregaram de responder os ministros da ditadura e especialmente o dr. Oliveira Salazar, nos já celebres discursos da Sala do Risco

Sossegue pois o sr. dr. Fidelino, isto anda tudo afinado pelas idéas europeias de S. Ex.<sup>a</sup> «mas o mais estranho não é a despreocupação dos que cooperam nêse parenthesis proporcionando-lhe pessoal e filosofias justificadoras. Tal despreocupação produz-se sempre que se pratica o êrro, por vezes irreparavel, de suspender a estrutura jurídica dum Estado e soltar «espectros» que séculos de civilização haviam jugulado. Essa despreocupação é em grande parte fortalecida pela ideologia de moda, que impregna o exercicio civico, contingente, crítico terrenissimo, do imperativo militar e do espirito religioso». Quem serão os cooperadores no parenthesis que lhe proporcionam pessoal e filosofias justificadoras? Nem merece a pena investigar. Basta notar que, poucos dias após o triunfo do movi-

mento de 28 de Maio, o sr. dr. Fidelino inundou as livrarias com um opusculo da sua autoria com o título inequívoco de «O Pensamento politico do Exército». Que pretendia o sr. dr. Fidelino com semelhante publicação? Justificar o advento da ditadura — e fê-lo sobejamente — e apontar a solução do problema politico português para o que, só dois elementos poude encontrar: o exemplo de Sidónio Pais — poder pessoal, presidencialismo — e a orgânica social defendida pelo Integralismo Lusitano. Aqui nos aparece, pois, o sr. dr. Fidelino como um cooperador, e dos primeiros, do parentesis extra-legal, proporcionando-lhe filosofias justificadoras. E' certo que o sr. dr. Fidelino, em certa altura, mandou recolher apressadamente todos os exemplares do seu opúsculo e passou-os à guilhotina. Porquê? Podíamos dizê-lo, mas... não vale a pena. Registemos apenas o facto: o sr. dr. Fidelino foi dos primeiros que em público justificou a ditadura e lhe forneceu uma filosofia justificadora. Mais ainda. O sr. dr. Fidelino serviu a ditadura num alto cargo que só deixou por razões que estão ainda na memória de todos. Por consequência o sr. dr. Fidelino não só foi um defensor e justificador da ditadura, como ainda um seu servidor. Não lhe forneceu pessoal — talvez o não tivesse — mas forneceu-se a si próprio, o que é infinitivamente mais valioso.

«Todos, aliados e adversários, pensam que do presente entre-acto se sairá para volver às suas ideologias particulares — aquelas que successivas mutações do cenário politico desmontaram e que successivas decepções logo reabilitaram». E todos aliados e adversários, para o sr. dr. Fidelino, põem o sapatinho na chaminé à espera que o seu respectivo menino Jesus lá venha pôr, para uns o regresso ao que estava antes da ditadura, para outros o que estava antes da república, duvidando-se entre estes se o que estava antes da republica era o que existia em 1910 ou o que existia em 1820. Assim supõe o sr. dr. Fidelino que Portugal **anda de esperanças**. O que vai pelos partidos, perdão, pelos amigos, do sr. Teixeira Gomes, não sei. Dêste lado não, não me consta que alguém **ande de esperanças** mas, e é o que vale, para tirar as ilusões dos que ainda esperam, o sr. dr. Fidelino tem estas profundas e esclarecidas palavras: «Isto é uma enfiada de equívocos, porque em história não se regressa...» e ainda repetindo a mesma profunda idéa: «Isso é uma enfiada de equívocos, porque, além da sua geral fisionomia de passadismos de regresso, essas therapeuticas simplistas — as dos esperanças no regresso do que foi — discordam do carácter do século». Pois ainda bem que neste pobre país, tam escarnecido dos seus naturais, ainda bem que appareceu um homem tam superior que conseguiu surpreender a enfiada de equívocos a que os destinos de Portugal têm andado amarrados. Felicitemo-nos, por o sr. dr. Fidelino ter prestado à nação este relevantissimo serviço o qual, certamente, completará com a indicação ainda que sumária do edificio novo a levantar sôbre os destroços dos equívocos.

Notemos, uma vez mais, que neste artigo se amassam e repisam idéas já amassadas e repisadas no livro «Notas para um Idearium». No entanto há já pelo que respeita ao passadismo dos que querem voltar ao

mundo anterior a 1820, uma pequena diferença de apreciação. Enquanto no livro S. Ex.<sup>a</sup> diz, textualmente, a páginas 205 que «o que de bom se contem nêsse passadismo é precisa caracterisca do século: o fortalecimento do poder central e a organização da nação local e corporacionista»; no artigo que estamos comentando diz que «essas therapeuticas simplistas (as do passadismo) discordam do caracter do século».

Como também já havíamos notado, S. Ex.<sup>a</sup> evolui, com aquela brevidade que é característica do avião, do quilômetro de arranque e das corridas de bicicleta. Integrado no ritmo universal que toma as coisas e os homens, S. Ex.<sup>a</sup> evolui com aquela suprema facilidade que é apanhagem dos homens sem idéas... fixas e que adoptam aquela posição de renascimento intelectual que S. Ex.<sup>a</sup> tam gloriosamente se arroga. Que desillusão a nossa!... Supunhamo-nos actuais, inteiramente actuais, e para isso também S. Ex.<sup>a</sup> concorreu. Agora, porém já não sabemos bem o que somos; já discordamos do caracter do século!... Não há nada mais elucidativo para dar idéa do cuidado com que ás vezes certos pensadores (?) proclamam alto e bom som as suas conclusões, do que esta rápida evolução do sr. dr. Fidelino.

Vamos agora transcrever o mais essencial da parte própria e construtiva do artigo.

Depois de repisar as velhas *larachas* que enchem as «Notas para um Idearium», S. Ex.<sup>a</sup> tem estas tiradas, estupendas de profundez:

«E' necessária essa higiênica eliminação de empecilhos tradicionais, próximos ou longínquos, porque a nova fábrica não pode limitar-se à simples sobrevivencia da situação castrense, legalizando-se a si mesma e justificando-se pelo temor dum bolcheviquismo impossível e pela reacção dum fascismo intransplantável e indesejável». Depois de fazer esta higiênica limpeza, S. Ex.<sup>a</sup> lança-se a delinear o novo edificio politico que, fora e sôbre os equívocos, deve erguer-se «tem de ser de puro estilo século XX que não é só o arranha-ceus o «foot-ball», o modernismo selvagista, é também, senão um estilo integro, uma série de motivos, pelo menos uma decoração e proporções novas». Aqui têm os leitores benévoloos que nos tenham acompanhado, o novo e belo edificio politico que S. Ex.<sup>a</sup> nos propõe. Dissemos novo e belo, e não nos arrependemos disso: é novo por ser «estilo século XX» e belo porque, «se não um estilo integro, uma série de motivos, pelo menos uma decoração e proporções novas».

Que lhes parece? Naturalmente não entenderam nada, mas não é preciso.

Construção nova estilo século XX, eis o que há a fazer para salvar a pátria, as batatas, os alhos, os pepinos, as favas e outras leguminosas.

E agora toca a dormir porque o futuro está garantido e o tempo está quente.

Abrantes TAVARES

NOTA FINAL

O sr. dr. Fidelino mais uma vez fugiu a definir a sua nova (?) orientação politica. E' uma attitude pouco digna, de quem, como S. Ex.<sup>a</sup>, pretende ser um critico e doutrinaador. Se andamos enleados na enfiada de equívocos, esclareça-nos S. Ex.<sup>a</sup> se puder, mas faça-o claramente e com nobreza.

# MUSICA PORTUGUESA

## O NOSSO FOLCLORE

MUITO se tem dito e muito se tem escrito sôbre o folclore português. Uns caluniam-no, ignorando-o, negam a sua existência e a sua beleza incontestáveis; outros conhecem-no e apontam-o como ponto de partida para a criação duma musicalidade nacionalista. Evidentemente que a musica portugêsa — portugêsa, não por ser de autores portugêses, mas por evidenciar a alma do nosso povo — tem que beber naquela fonte a sua inspiração.

E' certo que não possuímos a riqueza folclorica da Hungr'ia ou da Polónia, por exemplo, mas é também certo que não sômos felizmente dos mais pobres em musica popular. Percorra-se o País do Minho ao Algarve e em em tôdas as provincias se encontrará esses cantares singelos e encantadores, que o povo cria espontaneamente, apenas com o seu forte poder de gerar beleza e que no Alentejo atinge um tam profundo sentido musical, que por vezes excedem as canções russas, sem dúvida as mais belas de tôdas e aquelas em que a polifonia atinge maior misticismo. E' admirável como o instinto daquela gente rude lhe inspira trechos em que a sobreposição melódica é admiravelmente tratada, como se fôsem escritos pelo mais talentoso contrapontista.

E não só pelas nossas provincias deparamos com folclore; na Madeira e principalmente nos Açores, encontramos cantigas igualmente lindas; o que nos falta, e é isso que devemos lamentar, são compositores que utilizem êsse folclore para impregnarem as suas obras dum caracter predominantemente nacional. Que até hoje, excluindo Rui Coelho, os nossos compositores têm-se limitado na sua pequena obra, a produzir musica que não consegue vincar o nome da arte portugêsa, precisamente por andar arredia do nosso folclore, do caracter da nossa raça.

Que os nossos artistas se congreguem, que pugnem pela criação da ópera nacional, que produzam sôbre as nossas encantadas lendas e sôbre os episódios da nossa História que admiravelmente se prestam a ser musicadas e que nos sirva de exemplo a fama tam merecida da musica espanhola, desde que Granados e Alveniz foram buscar aos cantos de Espanha a alma da raça de que as suas obras estão tam cheias.

G. M. GOMES.

# «PATRIA NOVA»

E' com alvoroçada alegria que comunicamos a todos os nossos amigos que na grande Nação Brasileira surgiu e alastra conquistando as inteligências e as almas um forte e culto movimento reaccionário tendente ao restabelecimento do Império na pessoa de S. A. I. o Sr. D. Pedro Henrique de Bragança. A êsse interessante movimento que sob a designação de Pátria novismo vem reintegrar o Brasil na sua altíssima missão Occidental nos referiremos detalhadamente no próximo número. E' seu órgão na Imprensa a brilhante revista *Pátria Nova* a quem a *Politica* calorosamente saúda e agradece as gentilezas das boas palavras que nos dirige no seu 3.º número e da transcrição dum artigo do nosso camarada Rui d'Almargem.

Explicando o seu aparecimento que se efectuou em 13 de Setembro passado, dia do 20.º aniversário de S. A. I. diz o seu primeiro número:

«*Pátria Nova* nasceu duma consciência que por muito tempo viveu interrogando-se de si para si a respeito da realidade brasileira e que teve, logicamente, uma conclusão radical violenta e para a mentalidade artificial, em grande parte, do Brasil de hoje:

A PATRIA BRASILEIRA E' UMA PATRIA IMPERIAL  
QUE NÃO PODE, DE MODO NENHUM, SER  
REPUBLICA; A REPUBLICA NÃO SÓ NÃO  
PODERÁ RESOLVER OS PROBLEMAS DA NACIO-  
NALIDADE E DO ESTADO MAS TAMBÉM E' DIS-  
SOLVENTE, ANTI-NACIONAL, SEPARATISTA»

E no seu 3.º número *Pátria Nova* afirma:

«... Isto posto não é no Contracto Social, nem nas teorizações abstractas e aprioristas, que irá *Pátria Nova* aprender a guiar-se para de-frontat com os problemas nacionais e resolve-los. Esquadrinhamos primeiro a realidade nossa, relacionamo-la com os factos universais, e desse observar, relacionar e ponderar é que concluimos sôbre as *verdades politicas brasileiras*.

E já concluimos: a nossa existência é uma conclusão, a nossa conclusão é uma attitude.»

A' *Pátria Nova* a nossa simpatia e os nossos votos de prosperidades.



# POLITICA ACADÉMICA

## Carta de Coimbra

António Correia d'Oliveira

Coimbra viveu nos dias 22, 23 de Maio umas horas de elevado espiritualismo. A Academia consagrou o poeta que tão bem soube cantar Portugal e tudo aquilo que é português.

Os estudantes de Coimbra souberam mostrar (nesta época de materialismo, de ódios, de invejas, em que se relegam para o esquecimento os valores morais, em que um individualismo feroz quer espalhar sobre a sociedade as côres rubras e incendiárias do crime e do aniquilamento social) que os seus espíritos pairam bem mais alto, que não deixam de estar atentos ao movimento intelectual português, que nem só as guitarradas, os amores e as noitadas ao luar lhes ocupam o tempo.

Em Coimbra trabalha-se. E' um centro intelectual por excelência. E' de Coimbra que partem tôdas as correntes doutrinárias que percorrem o país e também onde são depuradas muitas delas.

António Correia d'Oliveira, poeta espiritualista que divinalmente tem cantado a Terra portuguesa teve nestes dias uma verdadeira apotheose.

A' sua chegada á estação esperavam-no centenas de estudantes uns com balões, outros instrumen-

tos musicais, outros com as suas canções e todos com a sua alegria e o seu entusiasmo.

O Poeta foi recebido em triunfo ao colo dos rapazes que o trouxeram sob uma calorosa e ininterrupta manifestação até à Associação dos Estudantes de Letras onde lhe foram apresentadas as boas vindas.

No dia seguinte foi a consagração solene na sala dos Capelos. A assistência era selecta, o escol intellectual de Coimbra: professores, estudantes, personagens de destaque, etc., etc.

O Doutor Mendes dos Remédios fez o elogio literário do Poeta que foi brilhante e erudito. Falaram depois vários estudantes não podendo deixar passar sem citação uma frase do discurso de Catarino Nunes:

*«esta festa significa muito por Correia d'Oliveira mas quere-me parecer que significa alguma coisa mais: o espírito remoçado que traz consigo a certeza duma reacção idealista, intellectual, radicalmente oposta ao brutalismo «post bellum», ao materialismo sem freio do que os novos querem libertar-se, pois, quere-m e podem viver mais para o espírito do que para a matéria.»*

O reitor da Universidade pronunciou um elegante e belo discurs-

so, verdadeira peça literária tanto na idéa como no recorte da frase. O Poeta quer agradecer mas a comoção domina-o e as lágrimas continuam a brotar.

O sarau dado pelos estudantes no teatro em honra do Poeta foi novo triunfo. Muitos versos dele foram recitados e cantados e foilhe dada uma capa de estudante e uma pasta de quintanista cerimónia que revestiu a maior solenidade. Antonio Correia d'Oliveira agradeceu tudo num artistico e encantador discurso.

A Academia de Coimbra mais uma vez mostrou que sabe cumprir o seu dever premiando aqueles que com tóda a sua alma se dedicam a causa sagrada de um Portugal-Maior, de um Portugal bem português.

Razão tinha o poeta ao dizer no *Auto das Quatro Estações* :

*«A Patria ha-de voltar a nova vida  
Da vida de seus Mortos renascida*

*Ficará inda de pé seu tronco: a Raça*

*Inda ficará a Terra em cujo seto  
As raízes fecundissimas abraça.»*

A actual geração coimbrã é caracterisadamente espiritualista e estudiosa sendo uma verdadeira esperança para todos aquêles que de olhos postos em Portugal caminham para o seu ressurgimento.

M. da R.

## Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

*Coimbra 7 6-930* — Na Associação dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra procedeu-se hoje à eleição dos corpos gerentes. Havia três listas sendo uma delas de amigos nossos que foi a vencedora.

Felicitemos por isso os nossos camaradas eleitos: D. Maria Leonor Antunes, D. Maria Celestina Sequeira, Herculano Rebordão, Julio Catarino Nunes, João da Rocha Calixto, Manuel de Betencourt Galvão.

# ao ritmo da Ampulheta

## VIOLENCIA

Nesta casa ninguém è violento por prazer. Fomos violentos porém e sô-lo-hemos sempre que o procedimento dos adversários o exigir.

Ficam estas palavras como uma explicação que gostosamente queremos dar áqueles nossos adversários que, pela correcção e lealdade com que nos combatem, merecem o nosso respeito... como um aviso a todos os outros.

## ALGUMAS AFIRMAÇÕES NA

«SALA DO RISCO» EM 28 DE

MAIO DE 1930

DO MINISTRO DAS FINANÇAS, DR. OLIVEIRA SALAZAR:

«Pode afirmar-se que entre os homens que pensam nas coisas publicas em Portugal, se encontram tres posições diversas relativamente a este problema. Condensá-las hei nas tres frases seguintes:

1.ª A Ditadura nada tem que vêr com a politica;

2.ª A propria Ditadura é a solução do problema politico;

3.ª A Ditadura deve resolver o problema politico portuguez.

Examinemos pela sua ordem estas tres proposições.

E' sobretudo fora dos elementos affectos á Ditadura e entre os seus inimigos que se defende a primeira tese — a Ditadura nada tem que ver com a politica. Segundo estes a Ditadura teria como unica razão de ser a necessidade de uma obra administrativa; teria como finalidade unica, uma obra administrativa, concluida a qual nada mais haveria a fazer que restabelecer a ordem constitucional suspensa ou violada desde 28 de Maio de 1926. Quem pensar um pouco nesta attitude mental, descobre facilmente que ella se apoia sobre dois outros conceitos — um ácerca da administração, outro ácerca da natureza ou da origem dos males de que enfermava o paiz.

Na verdade, se a Ditadura só ha de fazer administração e não politica, é que a administração se pode separar da politica. Isto não corresponde á realidade dos factos.

E' apenas verdade que se pode fazer administração fora de toda a politica partidária, mas neste sentido estrito não se há de dizer — *pode-se*, ha de dizer-se — *deve-se*. (Muitos aplausos). Quando porém se tem em mente a verdadeira, a alta accepção da palavra *politica*, julgo impossivel fazer-se, sem esta, administração que se imponha e valha. Fóra do pequeno expediente, execução a bem dizer material duma regra, pode afirmar-se que a verdadeira administração tem sempre atraz de si um conceito de Estado, de finalidade social, de poder publico e suas limitações, de justiça, de riqueza e das funções destas nas sociedades humanas, que dizer, uma doutrina económico politica se quereis mesmo, uma filosofia. Ai dos Governos, melhor, ai dos povos cujos Governos não podem definir os principios superiores a que obedece a administração publica que fazem!

Mas não é este o unico conceito errôneo que está na base dos que recomendam uma Ditadura simplesmente administrativa. O outro é julgar-se que todos os males nacionais provinham dos homens a quem estava confiado o ónus do Governo, e que, afastados esses e substituidos por outros estaria resolvido o problema. Reduz-se assim a uma defeituosa arrumação partidária uma das mais delicadas e complexas questões nacionais.

Sou daqueles que, tendo meditado longamente sobre os vários accidentes da vida publica portugueza, lançam sobre os homens do passado responsabilidades, ainda que grandes, menores que as que vulgarmente se lhes atribuem; e nunca pude compreender que sejam eles mesmos a preferir se atribua a incompetencia, a desonestidade e a ambição o que mais fundamentalmente se deve supor derivado de vicios de organização social ou deficiencias de formulas politicas.

Daqui deduzo que a Ditadura que governa e que administra, não é, nem pode ser, no campo dos principios ou no das realidades nacionais, um simples parentesis da vida politica partidária. (A assistencia manifesta-se apoiando calorosamente).

# a o r i t m o d a

Passemos adiante. A segunda proposição afirma que a Ditadura é de si mesma a solução do problema politico. Parece-me que tambem aqui há erro ou exagero.

Sem duvida que a Ditadura, mesmo considerada apenas como a concentração no executivo do poder de legislar, é uma formula politica; mas não se pode afirmar que represente a solução duradoura do problema politico; ela é essencialmente uma formula transitória.

Porque as ditaduras bastas vezes nascem do conflito entre a autoridade e os abusos da liberdade, e vulgarmente lançam mão de medidas repressivas da liberdade de reunião e da liberdade de imprensa, confundem muitos Ditadura e opressão. Não é isto da essencia da Ditadura, e compreendida a liberdade (unica noção para mim exacta) como a garantia plena do direito de cada um, a Ditadura pode até sem sofisma suplantiar sob esse aspecto muitos regimes denominados liberais. Ela é em todo o caso um poder quasi sem fiscalização e este facto faz dela um instrumento delicado que facilmente se gasta e de que facilmente se pode abusar. Por tal motivo não é bom que a si própria se destine a eternidade.

Somos assim chegados á terceira proposição, unica a meu ver, verdadeira: a Ditadura deve resolver o problema politico português.

Porque há de fazê-lo? Porque a experiência demonstrou que as fórmulas politicas que temos empregado, plantas exóticas importadas aqui, não nos dão o govêrno que precisamos, lançaram-nos uns contra os outros em lutas estêreis, dividiram-nos em ódios, ao mesmo tempo que a Nação na sua melhor parte se mantivera em face do Estado, indifferente, desgostosa e inerte.

Para que há de fazê-lo? Para que a sua obra reformadora se não inutilise e se continue, para que o seu espirito de trabalho e de disciplina se consolide e se propague, para que se crie a mentalidade nova que é indispensável á regeneração dos nossos costumes politicos e administrativos, á ordem social e jurídica, á paz pública, á prosperidade da Nação.

Como há de fazer-lo? Por meio duma obra educativa que modifique os defeitos prin-

cipais da nossa formação, substitua a organização á desorganização actual e integre a Nação, tóda a Nação, no Estado, por meio dum novo estatuto constitucional.»

DO COMANDANTE RAUL ESTEVES:

«E agora, duas palavras sôbre a questão do regime:

— Considero absolutamente inutil V. Ex.<sup>as</sup> fazerem quaisquer afirmações relativas ao regime.

S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Guerra, fez alusões, no seu discurso, á questão do regime. Essas afirmações, considero-as absolutamente desnecessárias para nós; para os outros, para os nossos adversários, são inuteis.

— V. Ex.<sup>as</sup> sabem, muito bem, que homens como Manuel de Arriaga, Pimenta de Castro e Sidónio Pais deixaram de ser republicanos, êles, que o foram sempre. Logo que pretenderam pôr um dique á horda de desmoralização perderam a confiança das facções partidárias. (Apoiados).

— Não preciso de pedir licença a ninguém para ser português!

E' preciso que acima de tudo, se tenha confiança na lealdade e honra dos soldados.

Não iludem ninguém nem se iludem aqueles que se assustam pela integridade do regime e temem esse perigo... A questão do regime não está em discussão. Muitos dêses que hoje tremem pela segurança da República eram antigos monárquicos, convictos e sinceros e, apesar de todos os seus receios, seriam, talvez, os primeiros a voltar ás primitivas convicções, na hipótese de uma restauração monárquica...».

## O SEU A SEU DONO

A proposito do eco "Estilo cuidado, do nosso n.º 12, pede-nos o Sr. Francisco Mendes presidente da Direcção da Federação Académica de Lisboa, para fazermos scientes os nossos leitores que não é de sua autoria o pedacinho de prosa que no mesmo transcrevemos.

O perpetrador do periodo a que nos referimos foi o Sr. Vasco da Gama Fernandes,

# A m p u l h e t a

que na Federação Académica, preside á Assembléa Geral.

Este último esclarecimento fazemo-lo espontaneamente, escusado será dizer que não foi o Sr. Mendes que nõ-lo solicitou.

## PAISES RETRÓGRADOS

Pedimos licença para transcrever da «Broteria» do seu numero de Abril passado, para edificação dos nossos *cultíssimos e civilisadíssimos* mata-grades, as linhas que seguem :

*Países Retrógrados.* «E' de supor que certa gente em Portugal não quiz as ordens religiosas para que Portugal se *civilisasse* isto é, para que nadasse em dinheiro e deixasse de haver analfabetos.

De facto logo que se expulsaram as ordens o dinheiro entrou a rôdo e o analfabetismo desapareceu.

E' um louvar a Deus !

Vejamos o que se faz noutras nações que persistem em ser «retrógradas».

Damos hoje apenas, para não alongar, alguns pormenores referentes a uma ordem mais visada pelo intolerantismo religioso.

Na Italia, depois da Concordata com a Santa Sé, todos os collegios de ensino secundario da Companhia de Jesus, foram equiparados aos liceus, com iguais direitos.

Na Holanda, os exames feitos nos collegios dos Jesuitas são considerados oficialmente válidos e os professores, Jesuitas, recebem do Estado os seus honorarios como qualquer professor de liceu em Portugal.

Na França, na Belgica, na Alemanha, na Inglaterra, na Austria, Yugoslavia, Tehecoslovaquia e nas nações latino-americanas os seus collegios são concorridissimos. Na Lituania, o collegio da companhia de Jesus em Kównó, contribui imenso para o analfabetismo.

Será talvez por isso que lá tem o seu filho o presidente da República.

No Brasil, orgulho da nossa lingua, o Collegio Anchieta, dos Jesuitas em Pôrto Alegre, foi declarado pelo presidente do Rio Grande do Sul, Ginásio Oficial (Liceu), título que só um collegio pode ter em cada estado; e já em 1918 o collegio de Floria-

nopolis recebera a mesma distincção do Presidente do Estado de Santa Catarina.

Nos Estados Unidos da América, possui a Companhia de Jesus 82 collegios seculares, concorridissimos e 11 grandes Universidades, tão atrazadas que até têm faculdades de *Jornalismo*. Há anos no anfiteatro do salão nobre de uma delas, foram aclamados juntos, ambos, o seu reitor, um Padre Jesuita, e o Presidente da República Taft, recentemente falecido. A concorrência destes collegios e universidades aumenta constantemente. A continuar assim, não tardará que os Estados Unidos sejam completamente analfabetos.

Bem fizeram, em Portugal, os zelosos intolerantes de cá. Expulsaram as Ordens Religiosas... e toda a gente aprendeu a ler.

## SÃO ELES QUE O DIZEM

Dum artigo do Sr. official da administração militar, Velinho Correia, antigo ministro democratico das Finanças Portuguesas, no «Diario de Noticias» de sabado, 14 :

«Anteriormente á guerra, no tempo da moeda unica, na metropole e nas colonias — praticamente era este o regime quando na metropole e nas colónias circulava a mesma moeda de prata — fez-se na *Africa Ocidental Portuguesa* e duma maneira geral no nosso ultramar *tudo quanto de bom ali existe.*»

E no entanto o tão réclamado alto comissariado do Sr. Norton de Matos na *Africa Ocidental Portuguesa* só começou depois e bastante depois da guerra! Que dianho faz o Sr. Velinho, republicano democratico *et cetera, ds maravilhas* do governo do actual Grão Mestre?

## O GHETTO

## E AS CHAFARICAS VÁRIAS

Duas noticias dos jornais francezes :

«O Congresso de Bordenes da S. F. I. O.

# ao ritmo da Ampulheta

—leia-se Secção Franceza da Internacional Operária — elegem delegados ao Executivo da 2.ª Internacional os Srs. Bracke, Longuet, Renaudel, Leon Blum, Zyromski e Grumbach.»

Tirando o Sr. Renaudel, todos os membros desta delegação franceza são judeus.

O Sr. Longuet que usa nome francez é neto de Karl Marx e judeu como os que o são.

Do «Diario de Noticias» de Lisboa:

«A Associação portuguesa para a Sociedade das nações, elegu Secretario Geral o Sr. Mosés Amzalack.»

## «POLITICA» E A IMPRENSA NACIONALISTA

Do importante semanário beirão «Noticias da Covilhã» transcrevemos parte das palavras amigas com que noticiou o aparecimento do nosso n.º 12.

«E' com carinhosa atenção que lemos a erudita colaboração da «Politica». Se com ela sentimos que remoeça a própria Pátria, refazendo idéas, reavivando tradições, conseguindo substituir por um claro sentido de realidades os cento e tal anos de estrangeirismo pernicioso.»

Ao «Noticias da Covilhã» os nossos agradecimentos e o nosso protesto de boa camaradagem.

## SOLUÇÃO EDITORA

Acaba de publicar-se o n.º 10 desta excelente revista fundada por José Pacheco e actualmente dirigida pelo nosso querido amigo e camarada Rogerio de Figueiróa Rego.

«Solução Editora» é uma revista de publicações de Separatas para a formação de lieros.

«Solução Editora» que já nos deu uma *História da Aviação Portuguesa* tem em publicação as reedições do «Santuário Mariano» de Frei Agostinho de Santa Maria

(século XVIII), dos «Livros das gerações nobres deste reyno de Portugal», de Portocarrero (1719), e está publicando o «Index das notas de varios tabelões de Lisboa entre os anos de 1580 e 1747» e as «Notas á margem das memórias do Marquez de Fronteira e d'Alorna» do nosso prezado amigo e illustre fidalgo Sr. D. João d'Almeida.

Com a consciencia de cumprimos um dever chamamos para tão util revista a atenção dos nossos amigos.

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

### ESTRANGEIRO

«The Royaliste International Herald» — Vol. I n.º 2 — Abril 1930 — 94, strand — London W. C. 2.

«Pátria Nova» — Orgão do Centro Monarchista de Cultura Social e Politica — numeros 1, 2, 3 — R. C. N. 15 — Travessa da R. Itajahy — S. Paulo — Brazil.

«Revista da Faculdade de Filosofia e Letras de S. Paulo» — Redacção e Administração — Rua Florencio de Abreu 21, — São Paulo — Brazil.

### PORTUGAL

«Brotéria» até ao fasc. V do vol. X — Maio 1930 — R. Eugénio dos Santos, 118 — Lisboa.

«Boletim do Instituto Francés em Portugal» — n.º 1.

«Gil Vicente» — n.ºs 3 e 4 do V volume — R. Egas Moniz, 87 — Guimarães.

«Estudos» n.º 89 — Couraça de Lisboa — 28, Coimbra.

«Reinado Social do Coração de Jesus» — Abril 1930 — Av. da Republica, 34 — Lisboa.

«Técnica» — n.º 27 e 28 — I. S. T. — R. da Bôa Vista, 79 — Lisboa.

«Noticias da Covilhã» — Covilhã.

«A Ordem Nova» — Fafe.

«O Correio» — Celorico da Beira.

«Traz-os-Montes».

«Correio de Coimbra».

## CABRAL SACADURA

Interno de Cirurgia dos Hospitais Civis  
Partos — Sifilis

CONSULTAS

Largo José Fontana, 12-2.º (às 16 horas)

## DR. MARIO CARDIA

Médico dos Hospitais

Doenças das senhoras.  
Partos. Cirurgia

Tratamentos pelo rádio e electricidade  
AVENIDA DOS ALIADOS, 41, 1.º — PORTO  
— TELEFONE 4907 —

## MIRA DA SILVA

■ ■ MÉDICO ■ ■

Avenida Almirante Reis, 57-A, 1.º  
— LISBOA —

## DR. COSTA FELIX

Interno de Cirurgia dos Hospitais Civis  
CONSULTAS

LISBOA : Rua 16 de Outubro, 33 — Tel. C. 2830  
A's 14 Horas

DAFUNDO : R. Paulo Duque  
A's 17,30 H.

Não há CAFÉ como o de

A  
P  
A  
U  
L  
I  
S  
T  
A  
N  
A

A' venda no

Largo de S. Domingos, 12 e na  
Av. Fontes Pereira de Melo, 52-52 B

## AFONSO LUCAS

ADVOGADO

Rua Arco do Bandeira, 70, 2.º

TELEFONE C. 642

— LISBOA —

## Martinho Nobre de Melo

ADVOGADO

Rua de Santa Justa, 82, 2.º

Telefone Norte 4952

— LISBOA —

## A. Nunes e Silva

Advogado

TELEFONE CENTRAL 642

Rua Arco Bandeira, 70, 2.º

— LISBOA —

## Dr. Amaral Pyrrait

MÉDICO

Consultório — Rua Anchieta

— LISBOA —

## Arthur de Campos Figueira

Advogado

Rua Nova do Almada, 54, 2.º

TELEFONE CENTRAL 3024

Lisboa

## Antonio J. Freire

Clinica Médica-Psicoterapia

Consultório: Rua de St.ª Justa, 6, 1.º

A's 2.ªs, 4.ªs e 6.ªs — Das 15 às 18 h.

TELEFONE TRINDADE 3584

Residencia: R. da Junqueira, 279, 1.º

TELEFONE BELEM 497 — LISBOA

## Ferreira Cardoso

Advogado

RUA GARRET, 95, 3.º — TELEFONE T. 11

— LISBOA —

## José Guilherme Ayala Monteiro

Advogado

Rua dos Douradores, 72, 3.º D.

TELEFONE C. 959

